



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 2.001, de 23/09/2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos **Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativos ao **segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2016**, elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Publicado no Diário Oficial do Estado nº 20.392 de 28/09/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2015 A AGOSTO DE 2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ¹ (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.715.928.995,57	10.887.258,02
Pessoal Ativo	6.922.430.542,50	9.828.272,20
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.770.094.831,63	2.059,58
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	23.403.621,44	1.056.926,24
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.193.448.947,53	2.059,58
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária ⁶	141.580.203,43	-
Decorrentes de Decisão Judicial	67.394.960,26	-
Despesas de Exercícios Anteriores	18.367.150,23	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.966.106.633,61	2.059,58
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	9.522.480.048,04	10.885.198,44

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.970.881.143,59	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	9.533.365.246,48	47,74
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.785.731.760,36	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.296.445.172,34	46,55
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.807.158.584,32	44,10

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

² Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados e as Pensões Especiais.

³ As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nºs 609, 611 e 614, de 2013 e Lei Estadual nº 16.160, de 2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal por não estarem enquadradas no conceito do art. 18 da LRF, assim como as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas, em virtude de sua autonomia orçamentária e financeira, conforme dispõem o art. 134 da Constituição Federal, com as redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 45/2004 e 80/2014 e o art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000, respectivamente.

⁴ Para evitar a duplicidade de valores, estão sendo desconsiderados os registros de ressarcimentos realizados pelo Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na natureza de despesa 31.91.96.xx, destinados ao Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais de Santa Catarina - FMPIO, de acordo com o inciso X do art. 3º do Decreto 1245/2008, acrescido pelo Decreto 2.245/2009. Os valores de despesa em questão são relativos a servidores cedidos pela Secretaria de Estado Administração, onde a execução orçamentária desta despesa ocorre na natureza 31.90.xx.xx. Quando ingressados no FMPIO, os valores são registrados como Receita Intraorçamentária na rubrica 4.7.9.2.2.99.26 não sendo considerada no cálculo da Receita Corrente Líquida.

⁵ Na análise das rubricas de despesas com pessoal, cadastradas nos Sistemas de Recursos Humanos (SIGRH e SIRH), foram identificadas despesas de natureza indenizatória classificadas incorretamente no grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. Dessa forma, não foram consideradas as despesas executadas nas rubricas (0044 - Ajuda de Custo; 0157 - Aux. Alimentação e 0257 - Diária de Curso Interno) no período de setembro de 2015 à outubro de 2015.

⁶ As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o Magistério Público Estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

⁷ Tendo em vista o disposto no artigo 19, parágrafo 1º, inciso VI, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que os inativos custeados com recursos vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social serão deduzidos da despesa com pessoal, o percentual do gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida foi afetado pela utilização de recursos oriundos do extinto Fundo Previdenciário no pagamento de inativos, no montante de R\$ 487.403.399,31. Dessa forma, o percentual de despesa com pessoal será afetado pelo período de cômputo destas despesas (12 meses). No período em questão (setembro/15 a agosto/16), o percentual do gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida ficaria em 50,18%, caso não fossem utilizados os recursos do fundo previdenciário.

Florianópolis, 12 de Setembro de 2016.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA
PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776-0

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	21.025.026.280,98	21.209.634.251,73	21.512.258.808,59	
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	18.962.433.837,49	19.062.937.250,99	19.294.308.938,59	
Interna	15.020.973.574,68	15.731.801.549,73	16.255.915.067,68	
Externa	3.941.460.262,81	3.331.135.701,26	3.038.393.870,91	
Prestatários posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.835.274.828,38	1.919.379.385,63	1.977.745.159,89	
Outras Dívidas	227.317.615,11	227.317.615,11	240.204.710,11	
DEDUÇÕES (II) ¹	10.729.617.651,54	12.995.242.175,26	12.566.535.411,49	
Disponibilidade de Caixa Bruta ²	7.999.257.192,00	9.943.693.917,30	9.489.554.364,24	
Demais Haveres Financeiros	2.921.838.928,94	3.098.604.364,03	3.101.063.836,34	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	191.478.469,40	47.056.106,07	24.082.789,09	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.295.408.629,44	8.214.392.076,47	8.945.723.397,10	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.409.870.961,23	19.795.816.098,69	19.970.881.143,59	
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	108,32	107,14	107,72	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	53,04	41,50	44,79	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL				39.941.762.287,18
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>				35.947.586.058,46
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	18.962.433.837,49	19.062.937.250,99	19.294.308.938,59	
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	714.704.795,86	740.031.343,29	755.448.984,07	
De Tributos	494.031,32	494.031,32	494.031,32	
De Contribuições Sociais	714.159.713,34	739.490.945,62	754.925.193,08	
Previdenciárias	444.066.825,66	477.689.549,48	483.990.367,97	
Demais Contribuições Sociais	270.092.887,68	261.801.396,14	270.934.825,11	
Do FGTS	-	-	-	
Com Instituição Não Financeira	51.051,20	46.366,35	29.759,67	
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	18.247.729.041,63	18.322.849.791,22	18.532.787.033,12	
Interna	14.306.268.778,82	14.991.714.089,96	15.494.393.162,21	
Externa	3.941.460.262,81	3.331.135.701,26	3.038.393.870,91	
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	56.116,48	6.072.921,40	
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	
DEPÓSITOS	5.298.240.572,11	5.540.945.320,14	5.803.597.256,82	
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	118.515.953.120,46	118.524.497.970,23	118.525.799.362,71	
Passivo Atuarial ³	118.288.323.438,27	118.288.323.438,27	118.288.323.438,27	
Outras Dívidas	227.629.682,19	236.174.531,96	237.475.924,44	
Obrigações Legais e Tributárias	3.888.363,06	2.227.104,94	2.227.104,94	
Precatórios a Pagar a Partir de 5.5.2000	223.741.319,13	233.947.427,02	235.248.819,50	
DEDUÇÕES (V)	731.050.324,01	390.385.809,59	469.913.566,39	
Disponibilidade de Caixa Bruta	696.587,44	4.780.141,12	351.095,01	
Investimentos	730.590.352,36	385.564.794,67	469.521.597,58	
Demais Haveres Financeiros	52.552,72	40.873,80	40.873,80	
(-) Restos a Pagar Processados	289.168,51	-	-	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	14.025.965,03	58.285.693,02	60.083.728,14	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	117.784.902.796,45	118.134.112.160,64	118.055.885.796,32	

FORNE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-".

² Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

³ O Déficit Atuarial, calculado pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA Nº 494, conforme Nota Técnica Nº 2896/15, em Junho de 2015, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC.

Florianópolis, 21 de setembro de 2016.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA (I)	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	
CASAN	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	
INTERNA (II)	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	
CASAN	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	707.292.459,93	731.382.823,70	660.193.277,74	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.409.870.961,23	19.795.816.098,69	19.970.881.143,59	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,64	3,69%	3,31%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.270.171.611,47	4.355.079.541,71	4.393.593.851,59	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) -	3.843.154.450,32	3.919.571.587,54	3.954.234.466,43	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	
INTERNAS (VI)	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	707.292.459,93	731.382.823,70	660.193.277,74	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 22 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, no valor total de R\$ 375.507.507,00 (17 contratos garantidos) e R\$ 65.162.673,22 (5 contratos garantidos), referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

² O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de 99.756.455,08 €, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de setembro de 2016

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2016

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	74.628.115,15	1.001.774.545,58
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	74.628.115,15	1.001.774.545,58
Interna	15.000.000,00	880.411.391,00
Abertura de Crédito	15.000.000,00	880.411.391,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	59.628.115,15	121.363.154,58
Abertura de Crédito	59.628.115,15	121.363.154,58
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	20.951.335,89	20.951.335,89
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	5.951.335,89	5.951.335,89
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	15.000.000,00	15.000.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	19.970.881.143,59	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
Do Período de Referência (III)	-	-
Anteriores ao Período de Referência	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.001.774.545,58	5,02%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.195.340.982,97	16,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	2.875.806.884,68	14,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.397.961.680,05	7,0%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.022.725.881,47	5,12%

FONTE: SIGEF/SC

Florianópolis, 21 de setembro de 2016

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA
DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREIRO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.001

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.533.365.246,48	47,74
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	9.785.731.760,36	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	9.296.445.172,34	46,55

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	8.945.723.397,10	44,79
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.941.762.287,18	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	660.193.277,74	3,31
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.393.593.851,59	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.001.774.545,58	5,02
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.195.340.982,97	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.397.961.680,05	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: Anexos do Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre 2016

Florianópolis, 21 de setembro de 2016

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E
DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01